

Intervenção do Deputado Sérgio Ferreira
no período legislativo de Março de 2007.

**Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhora e Senhores Membros do Governo**

**Façamos hoje um balanço do que foi o ano de 2006,
principalmente, no que se refere à Ilha de Santa Maria.**

**O ano começou com más notícias, o anúncio por parte da
ANA, S.A. do encerramento do Aeroporto de Santa Maria,
durante o período nocturno.**

**Na altura o Governo Regional anunciou com a devida pompa
e circunstância que estava a resolver o assunto, que o
Aeroporto não iria encerrar, e mais, até estava a negociar a
transferência dos terrenos não necessários às operações
aeroportuárias, para a região.**

Passado um ano a realidade é bem diferente.

**A única coisa que se conseguiu em termos do encerramento,
foi o adiar sucessivo da sua data, situação que compromete a
exploração comercial do aeroporto. Quanto aos terrenos,
nunca mais se ouviu falar, o que sabe e o que se vê é que a
ANA S.A. continua na posse duma área significativa da ilha,**

tendo a seu cargo um parque habitacional, rede viária, rede de saneamento básico e rede de água.

Esta realidade, ao que parece, nunca foi, nem está a ser, encarada com a atenção devida, senão, vejamos:

- O parque habitacional e zonas adjacentes apresentam um aspecto, quer em termos de conservação, quer em termos de limpeza, verdadeiramente deplorável;

- A rede viária em certos sítios, está praticamente intransitável e ninguém se parece preocupar com isto, sendo que, grande parte dos danos existentes nas estradas até não são da responsabilidade da ANA, mas sim de outras entidades, nomeadamente, do Governo Regional;

- A rede de águas está obsoleta e ao que parece a empresa não está minimamente preocupada com assunto;

- A rede de esgotos é uma ameaça à saúde pública, com esgotos a céu aberto, sem qualquer tratamento, mas, e para não variar, as autoridades com competência na matéria, fingem que o problema não é delas.

Passado um ano do anúncio do Sr. Presidente do Governo Regional, que fez referência ao seu empenho pessoal na resolução do problema, digamos, que muito pouco, ou nada, está resolvido.

Ou o Sr. Presidente esqueceu-se do assunto, ou então, a boa relação com Lisboa só se verifica nalgumas situações.

Tal é a gravidade da situação e o incómodo que esta espécie de apatia política provoca nos marienses que até uma Comissão



Grupo Parlamentar

criada no âmbito da Assembleia Municipal de Vila do Porto, para acompanhamento deste problema, cessou os seus trabalhos, por considerar que não estava a obter qualquer cooperação por parte das autoridades competentes. É triste, mas é verdade.

Em declaração efectuada durante a ultima sessão da Assembleia Municipal, o presidente da extinta comissão referiu que esta situação se devia ao facto, de a comissão nunca ter obtido os dados que solicitou a diversas entidades, ao facto de o aeroporto de Santa Maria, estar arredado do discurso oficial, quando se fala na reestruturação da política aeroportuária nos Açores e, mais grave, ao facto de a comissão não ter sido recebida, apesar de ter solicitado uma audiência, pelo Sr. Presidente da Governo Regional, aquando da visita estatutária à ilha.

Entendemos que esta é mais uma situação que comprova a descrença e desmotivação dos marienses, que perante os cenários cada vez mais negros que se vão colocando e perante o autismo político de quem tem responsabilidades, questionam-se se vale a pena continuar a lutar.

Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sra. e Srs. Membros do Governo

Mas não é só a situação do Aeroporto que aflige Santa Maria.

2006 foi um ano negro, em quase todos os aspectos.

O já de si débil sector económico da ilha, mais fragilizado ficou, qualquer que seja a vertente que queiramos considerar:

- O sector das pescas viu o volume de pescado entrado em lota quase reduzido a metade;
- A hotelaria e restauração, assistiram a uma quebra abrupta do seu movimento;
- Por via disso, todo o comércio da ilha se ressentiu, com uma quebra assinalável em termos de rendimentos;
- A construção civil, principalmente, a promovida por particulares, abrandou, situação que também se reflectiu nos rendimentos dos comerciantes e dos pequenos empreiteiros, ligados ao ramo;
- O investimento privado, apesar do mar de rosas, anunciado pelo discurso oficial, aquando da criação do “Fundo de Coesão”, foi praticamente inexistente.

Enfim, por muito boa vontade que se tenha, é difícil realçar um aspecto positivo quando analisamos o comportamento da economia mariense, durante o ano transacto.

Pergunta-se, porque será que isto aconteceu?

O que é que está a falhar, numa política que supostamente deveria combater as assimetrias e a desertificação das ilhas mais pequenas?

Falta estratégia e acima de tudo seriedade na abordagem dos problemas que afligem as chamadas “ilhas da coesão”.

Não se pode querer promover investimento, quando não se criam condições para tal, não serve de nada anunciar milhões quando depois a sociedade civil não tem capacidade para absorvê-los.

Cada ilha é um caso particular, com problemas e constrangimentos específicos, não sendo, portanto, razoável a criação de “remédios” que não tenham em conta essas especificidades.

Depois, temos que ter em consideração políticas e acções por parte do Governo que, nalguns casos, chegam a ser quase desastrosas.

Basta-nos lembrar o transporte marítimo de passageiros, que certamente, no ano transacto, foi um dos grandes responsáveis pelas quebras verificadas.

Ou então, pensarmos no custo das tarifas aéreas que continuam a ser um sério entrave à promoção do turismo.

Lembrar a própria política de promoção turística do Governo, que atribui subsídios sem critério, que não tem em conta a importância dos eventos promovidos e, às vezes, quero acreditar que não, parece é ter em conta quem está à frente das Associações que promovem esses eventos.

Recordar que o Governo continua, teimosamente, a se recusar a promover a retenção de areia nas praias marienses, esquecendo-se que estas constituem uma enorme mais-valia em termos turísticos e que é exactamente por causa delas que muitas pessoas demandam à ilha durante o Verão.

**Sr. Presidente
Sras. e Srs. Deputados
Sra. e Srs. Membros do Governo**

Ainda muito recentemente e, pela voz do Sr. Presidente do Governo Regional, se anunciaram aumentos do PIB Per-Capita, convergência com a média nacional e europeia e um comportamento, quase exemplar, da economia açoriana.

Apesar de estes números estarem claramente “embrulhados em papel cor-de-rosa”, mesmo assim, convinha obter resposta para duas perguntas:

- Alguém se preocupou em saber de que forma tem evoluído a economia nas ilhas mais pequenas nos últimos anos?

- Será que o Governo se esqueceu que os Açores são nove ilhas, nove realidades, e que as estatísticas, muitas vezes, estão tão só a reflectir a realidade de uma das nossas nove parcelas?

A resposta a estas perguntas certamente ajudará a perceber muito melhor a realidade dos Açores, mas de uma coisa não temos qualquer espécie de duvidas, urge olhar com olhos de ver e sem demagogia a realidade de cada uma das nossas ilhas e depois definir políticas que com estratégia e de uma forma séria possam paulatinamente ir criando o tão desejado desenvolvimento.

Disse

Sérgio Ferreira